

Negritude e justiça social¹: reconhecimento, redistribuição e representação no telejornalismo brasileiro

Rafael Pereira da SILVA ²
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Resumo: A televisão ainda é o principal meio de informação para a maioria da população brasileira, suas produções se constituem como elementos centrais nos processos de representação social. Entretanto, a ausência de reconhecimento e a invisibilidade do negro nas produções televisivas, principalmente no telejornal, ainda funciona como instrumento de exclusão e produção de estereótipos. O presente artigo visa refletir como as narrativas dos telejornais Repórter Brasil, da Tv Brasil, e do Jornal Nacional da Rede Globo, são relevantes no processo de justiça social e autonomia dos sujeitos negros. A pesquisa adota a metodologia da Análise Televisual que permitir a leitura crítica de conteúdos e formatos audiovisuais, e o amparo conceitual da filosofia política de Nancy Fraser.

Palavras-chave: Telejornalismo; Negritude; Visibilidades; Justiça Social.

1. Introdução

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2016, mostra que pretos e pardos compõe 54,9% da população brasileira. Todavia, 130 anos após a abolição da escravatura no país, este segmento da população ainda sofre com os resquícios da escravidão e com um racismo mitigado pelo “mito da democracia racial” no país. Índices socioeconômicos e educacionais comprovam que os negros continuam à margem da maioria das benesses do Estado, tendo acesso limitado e diferenciado à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho e à infraestrutura básica, e ainda enfrentam representações negativas ou estereotipada da negritude na mídia.

¹ Artigo submetido ao GT – História das Mídias Audiovisuais do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Rafael Pereira da Silva: doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pós-graduado em Comunicação Empresarial pela mesma instituição. E-mail: domrafasil@gmail.com

A relação entre a população negra e os discursos midiáticos no Brasil é marcada de diferentes formas: de um lado temos a invisibilidade dos negros nos telejornais e as representações estereotipadas da negritude em telenovelas e minisséries como fatores negativos, originados de um regime racializado de representação que cria estereótipos, reduz, essencializa e naturaliza a representação identitária dos afrodescendentes. Por outro lado, observa-se a emergência de um protagonismo negro em algumas produções ficcionais contemporâneas (FERREIRA; SILVA, 2017).

Como salienta (HALL, 2016) a aceitação e a presença da população negra na cultura popular é hoje bem mais expressiva do que nas décadas passadas. No Brasil, essa ascensão da visibilidade negra, resulta, em parte, de um conjunto de ações de movimentos sociais contra o racismo nos meios de comunicação e de políticas públicas, como o Estatuto da Igualdade Racial³, sancionado em 2010, visando a garantir aos negros a igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos individuais e coletivos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância (BECKER; SILVA, 2018).

A contestação desses regimes de visibilidade por parte de segmentos da sociedade e a luta por reconhecimento, representação e redistribuição da população negra e de seus movimentos sociais promovem deslizamentos dos significados sobre o ser negro e a negritude. Essas ações são fundamentais para alcançar a justiça social. A partir dessas premissas o artigo visa analisar como os telejornais, meios relevantes no processo de autonomia dos sujeitos, refletem as demandas de redistribuição, de reconhecimento e de representação da identidade negra. Para alcançar tal objetivo buscamos fazer uma análise das produções noticiosas de dois telejornais: o Repórter Brasil, da Tv Brasil⁴, e o Jornal Nacional da Rede Globo⁵.

A televisão exerce um papel central na produção, apresentação e representação da realidade oferecendo significados e percepções sobre o mundo social e por isso é um singular objeto de análise. Becker (2005) aponta que os noticiários da TV aberta funcionam

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 05 mai. 2018

⁴ O Repórter Brasil (RB), cuja gestão é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), surgiu no dia 3 de setembro de 2007. O RB foi o primeiro produto jornalístico da TV Brasil, emissora pública criada a partir da fusão da TV Nacional, da TV Educativa do Rio de Janeiro e da Educativa do Maranhão.

⁵ O Jornal Nacional (JN) da Rede Globo de televisão, a maior emissora comercial do país, foi exibido pela primeira vez no dia 1º de setembro de 1969. Hoje, com cinquenta anos de existência, o JN é reconhecido não apenas no Brasil, como no exterior, reunindo importantes prêmios internacionais

como experiências únicas, cotidianas e coletivas de representação e construção da realidade, refletindo e interferindo na expressão das identidades nacionais. As notícias servem para orientar as pessoas no mundo, uma vez que a complexidade e amplitude do mundo real não nos permite experimentar e vivenciar por nós mesmo todos os aspectos, fenômenos e acontecimentos do mundo físico e social. Assim, compreendemos o jornalismo como importante forma de conhecimento e o telejornalismo como lugar de construção da realidade social.

2. Reconhecimento e Redistribuição na luta por justiça social

Os conceitos de Reconhecimento e Redistribuição são aqui utilizados a partir do debate proposto entre Nancy Fraser e Axel Honneth (2006), como motivação a um projeto de revitalização da teoria crítica e à resolução das injustiças sociais. Esse debate entre os intelectuais emerge no campo da filosofia política em torno da noção de reconhecimento, originário dos trabalhos de Hegel para ressaltar a importância do reconhecimento intersubjetivo na autorealização de sujeitos e na construção da justiça social (MENDONÇA, 2007, p. 169). Essa perspectiva foi retomada por Charles Taylor e Axel Honneth como forma de compreender as especificidades do multiculturalismo nas sociedades modernas e a lutas identitárias que se erigem.

A teoria do reconhecimento, tal como inicialmente desenvolvida, pensa os conflitos sociais como buscas interativas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades. Tendo como alicerce a filosofia hegeliana, autores como Charles Taylor (1994 [1992]) e Axel Honneth (2003a [1992]) ressaltam a construção relacional da identidade, frisando que os sujeitos lutam o tempo todo por reconhecimento mútuo. Segundo esses autores, somente dessa maneira eles podem se desenvolver de maneiras saudáveis e autônomas. A chave dessa perspectiva é, portanto, a compreensão da identidade como possibilidade de autorealização (MENDONÇA, 2007, p. 170).

Em seu projeto de releitura das proposições de Hegel, Taylor (1994, p. 26) expressa que o reconhecimento não é uma questão de cortesia, mas uma necessidade humana, uma vez que pessoas e grupos podem sofrer danos reais se a sociedade os representa com imagens restritivas e depreciativas. Essa afirmativa é corroborada por Honneth (2003) que, amparado nas ideias pragmáticas de Mead e Hegel, também coloca o conceito de reconhecimento como central no processo de construção integral da identidade

dos sujeitos e coletividades. Para o filósofo, os sujeitos são forjados em suas interações, sendo que eles só conseguirão formar uma autorelação positiva caso se vejam reconhecidos por seus parceiros de interação, ou seja, o processo interacional e comunicacional torna-se fundamental para a formação das identidades. Na visão de (REIS, 2015, p. 100), Honneth desenvolveu uma teoria profícua para a compreensão do reconhecimento como experiência de comunicação com a alteridade, onde as lutas sociais por reconhecimento são desencadeadas pelo sentimento de desrespeito em relação aos valores construídos pelos sujeitos em sua história psíquica e social, os quais qualificam sua identidade, autoestima e seu autorrespeito, assim, a demanda por reconhecimento surge como reivindicação quando sujeitos e coletividades se veem em uma condição de invisibilidade, de subalternidade e de marginalidade.

A partir das contribuições de Hegel e Mead, Honneth desenvolve sua teoria da luta pelo reconhecimento, que proporciona um horizonte normativo para examinar criticamente formas da organização social. Ele parte da premissa do conflito como estruturante da vida social, no qual há uma dimensão moral, que resulta em um progresso da sociedade (OLIVEIRA, 2015, p. 85).

Nesse sentido a teoria de Honneth confere à luta social um papel relevante para a evolução moral da sociedade, uma vez que será através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos alcançarão a plena realização de suas capacidades, ao constituir uma autorelação positiva e ao se verem reconhecidos por seus parceiros de interação. Isso acontece porque a modernidade oferece as perspectivas de reconhecimento mútuo, uma vez que permitiu a ampliação dos direitos, na qual os princípios de noção de igualdade, liberdade e autonomia tornaram-se institucionalizados.

As formulações de Taylor e Honneth deram início a um amplo debate acerca da noção de reconhecimento e seu potencial para a compreensão dos conflitos sociais. Para Mendonça (2007) esse debate é fomentado em grande medida pela negligência teórica de Honneth e Taylor em relação às injustiças econômicas, e, também, o temor de que as proposições deles reconduzam a visões de identidades autênticas essencializadas. E visando alternativas a estas concepções que (Fraser, 1995, 2001) propõe a necessidade de pensar tanto o reconhecimento como a redistribuição como forma de promover a justiça social. Para Nathalie Bressiani que analisa as formulações de Fraser e sua correlação com as perspectivas de Honneth e Jürgen Habermas.

Fraser diagnostica uma crescente polarização entre aqueles que veem na redistribuição de recursos e riquezas a solução para o conjunto de injustiças hoje existentes e aqueles que veem exclusivamente na obtenção do reconhecimento social essa mesma solução. Essa polarização, por sua vez, estaria se encaminhando na direção da substituição de reivindicações e preocupações relativas à redistribuição econômica por aquelas pautadas pelo reconhecimento das diferenças (BRESSIANI, 2011, p. 332).

Assim a filósofa contrapõe a dicotomia entre redistribuição e reconhecimento, e afirma que esta é uma falsa antítese, defendendo que a realização da justiça social requer hoje ações que visem a redistribuição material quanto o reconhecimento cultural. A autora explica que no panorama político contemporâneo, as demandas por reconhecimento cultural desloca a redistribuição material como alternativa para sanar as injustiças, tornando-se assim, a luta pelo reconhecimento a forma paradigmática de conflito, fazendo com que a dominação cultural suplante a exploração como injustiça fundamental (Fraser, 2001, p.245). Entretanto, essa cisão, institui duas visões acerca do que seria necessário para a realização da justiça. De um lado alguns teóricos visualizam na economia a causa última de todas as injustiças e defenderiam a redistribuição como a única forma de saná-las, de outro temos pensadores que procuram entender o conjunto das injustiças existentes como consequências de padrões hierárquicos de valoração cultural, cuja alteração exigiria que todos fossem igualmente reconhecidos.

Ao fugir dessa dicotomia, Fraser assevera que a antítese presente em proponentes de ambos os lados é falsa e defende que uma real justiça social requer remédios tanto para as desigualdades redistributivas quanto para o reconhecimento cultural. É dentro deste paradigma proposta por Nancy Fraser que propomos realizar análise das produções telejornalística como forma de compreensão das visibilidades das relações étnico-raciais e das injustiças sociais no Brasil sofrida pela população negra.

3. Mídia: lugar de visibilidade e formação de identidades

A chamada cultura da mídia oferece referências, por meio das quais as pessoas constroem não apenas repertórios culturais, mas sentidos de classe, raça e etnia, nacionalidade e sexualidade (KELLNER, 2001). A cultura das mídias, ajuda a entrelaçar o tecido da vida cotidiana, auxilia a constituição de identidades e influencia a percepção sobre o “outro”, o diferente. Para Luiz Mauro Sá Matino, as identidades contemporâneas

passam pela mídia, se articulam com as pessoas e se transformam em novos modelos de compreensão, uma vez que comunicam uma representação de nós mesmos (MARTINO, 2010, p. 16). Contudo, como argumenta Kellner (2001), ao mesmo tempo em que as narrativas midiáticas criam e sustentam formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, estas também fornecem instrumental para a construção de diferentes identidades e para o fortalecimento de movimentos de resistência e de luta sociais. Os textos da cultura contemporânea da mídia moldam a vida diária e influenciam comportamentos e construções dos sujeitos, mas também são agentes relevantes nas lutas políticas e sociais.

A cultura da mídia e os meios de comunicação exercem um impacto significativo sobre a sociedade contemporânea e as interações entre os indivíduos. Mas nas disputas de sentido na mídia alguns grupos são mais privilegiados que outros e a relação de poder que se estabelece não é simétrica, principalmente, quando se trata da exposição e representação de negros e brancos. Na atualidade, os negros são reconhecidos como grandes artistas e atletas, personalidades da moda e protagonistas de comerciais, filmes, ficções-seriadas e telenovelas na atualidade (BECKER; SILVA, 2018). A aceitação e a presença da população negra na cultura popular é hoje bem mais expressiva do que nas décadas passadas e, no Brasil, esta presença, resulta, em parte, de um conjunto de esforços de movimentos sociais contra o racismo nos meios de comunicação e de políticas públicas, visando a garantir aos negros a igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos individuais e coletivos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância. Mesmo que os negros tenham conquistado legitimidade na cultura popular, eles estão bem menos presentes ou visíveis no mundo do poder corporativo, e ainda existem limites marcados de suas participações em centros de decisões políticas e econômicas (BECKER; SILVA, 2018).

Segundo Van Dijk (2008), a problemática do racismo está situada no campo do discurso, uma vez que a maioria das pessoas não estabelece associações entre a noção de racismo e a de discurso. Entretanto, segundo o autor, a escrita e a fala desempenham papéis vitais na reprodução do racismo contemporâneo. Para o pesquisador uma das formas mais danosas de racismo na atualidade é o racismo implicado em práticas discursivas das elites:

As elites exercem esse controle em grande parte falando ou escrevendo, por exemplo, em reuniões de gabinete e debates parlamentares, em

entrevistas de emprego, em notícias jornalísticas, em filmes ou talk shows, entre muitas outras formas de discurso da elite (idem, p. 133).

As elites profissionais e empresariais, conhecidas como “analistas simbólicos”, e, principalmente, as “logotécnicas”, que atuam nos meios de comunicação (SODRÉ, 2015), possuem um papel especial na reprodução do sistema de racismo que mantém o grupo dominante branco no poder. Uma análise dos discursos dessas elites, portanto, ofereceria uma perspectiva relevante sobre o modo como o racismo é reproduzido na sociedade (VAN DIJK, 2008, p. 139).

4. As visibilidades da Negritude nos telejornais

Utilizando a metodologia da Análise Televisual (AT) proposta por Becker (2005; 2016; 2012), visamos compreender como as relações étnico-raciais são noticiadas no Jornal Nacional (JN) e no Repórter Brasil (RB), considerando que a AT permite realizar uma leitura crítica de conteúdos e formatos audiovisuais veiculados nesses noticiários. Este percurso metodológico é constituído por três etapas: 1) Descrição e contextualização do objeto em análise; 2) Análise televisual, reunindo as análises quantitativas e qualitativas; e 3) Interpretação dos resultados. Na análise quantitativa são aplicadas seis categorias: Estrutura Narrativa; Temática; Enunciadores; Visualidade; Som; e Edição⁶. Para os fins desta investigação analisaremos apenas quatro deles: a Estrutura Narrativa; a temática, os enunciadores, e a edição. Na análise qualitativa são considerados três princípios de enunciação: *Fragmentação*; *Dramatização*; e *Definição de Identidades e Valores*. Tal percurso metodológico pode ser utilizado em uma análise comparativa de dois objetos do mesmo gênero discursivo, observando como os códigos audiovisuais são combinados na produção de sentidos em cada um dos produtos ou obras audiovisuais (BECKER, 2012, 2016). Na terceira fase da AT, na Interpretação dos Resultados, associamos nesta

⁶ a) estrutura narrativa, utilizada para perceber como o texto audiovisual é organizado, observando sua duração, seu estilo, a divisão em blocos, e o número de episódios; b) Enunciadores, que oferece a possibilidade de observar sob uma perspectiva crítica os atores sociais que participam da narrativa, ou seja, as vozes do texto e suas representações; c) temática, usada para indicar os temas privilegiados nesta ficção seriada; d) visualidade, que permite entender os modos como se apresentam em cena elementos significantes como o cenário, os recursos gráficos, e o figurino; e) som, categoria relevante para mostrar a maneira como os elementos sonoros – palavras, ruídos, trilha sonora, participam da construção da narrativa e das construções de sentidos; e f) edição, importante para desvelar processos de montagem e sinalizar suas soluções estéticas

investigação três categorias para analisar como a negritude e as questões étnico-raciais são construídas nos telejornais estudados, inspirados nas reflexões de Nancy Fraser sobre justiça social: 1) *Redistribuição*; 2) *Reconhecimento*; e 3) *Representação* (BECKER, SILVA, 2018).

Neste estudo, a aplicação da categoria *Redistribuição* contempla conteúdos noticiosos associados às demandas por distribuição econômica. A categoria *Reconhecimento*, por sua vez, está vinculada às matérias que estimulam a visibilidade positiva dos negros, reconhecem os problemas causados pelo racismo estrutural e expressam a importância da cultura negra e de suas contribuições para a constituição da identidade brasileira. A categoria *Representação* é aqui adotada para verificar a presença de negros e os lugares de fala por eles ocupados como fontes institucionais e especializadas em matérias sobre temas importantes que repercutem na mídia.

Na investigação analisamos um corpus formado por 36 edições de cada um dos telejornais referidos, totalizando 72 edições, um total de cerca de 50 horas de material audiovisual. A coleta do material foi realizada por meio da plataforma Globoplay, das Organizações Globo, e mediante o uso do programa Apowersoft, no Facebook, na página da TV Brasil na internet e em canais no Youtube. A análise foi feita nos meses de novembro e dezembro de 2017 e em janeiro de 2018, reunindo duas semanas de edições consecutivas de ambos os noticiários a cada mês, de 13 a 25 de novembro, de 11 a 23 de dezembro e de 8 a 20 de janeiro.

A Aplicação da categoria Estrutura da Narrativa permitiu identificar que o *Jornal Nacional* é exibido de segunda-feira a sábado a partir das 20h30 minutos, com tempo de duração entre 35 minutos a 46 minutos, divididos em três ou quatro blocos. A estrutura narrativa do *JN* não é fixa e sofre variabilidades, em função do grau de relevância dos acontecimentos atribuídos pelos editores. No período estudado foram veiculadas em média 17 notícias por dia, totalizando 657 conteúdos jornalísticos. Porém, apenas 54 matérias, correspondentes a 8,2% das notícias do telejornal, trataram de questões associadas aos negros. O *JN* produz em média cerca de 4h15 minutos de conteúdo jornalístico por semana. Durante as duas semanas de cada um dos três meses analisados foram exibidas 25h16 minutos de material noticioso, mas o tempo total de reportagens sobre a negritude neste período foi de apenas 1h55 minutos.

A estrutura narrativa da edição noturna do *Repórter Brasil* possui características distintas daquelas do *JN*. No período estudado, o *RB* foi exibido de 19h45 as 20h30 minutos com um tempo regular de cerca de 41 minutos diários de duração. O tempo de duração médio da sua produção semanal é de cerca de 4h05 minutos, totalizando 24h31 minutos de conteúdo noticioso no período analisado. Este noticiário é dividido em três blocos com intervalos de 2 minutos e oferece matérias com maior diversidade e pluralidade temática do que o *JN*. Além de um resumo das principais notícias do dia, o *RB* apresenta notícias sobre consumo, cotidiano, educação e cidadania e veicula reportagens especiais sobre relações raciais e diversidade de gêneros. O *RB* também oferece no final de cada bloco um espaço de interação com o telespectador, o quadro “*Pergunta do Dia*”, que possibilita a participação do cidadão por meio de povo-fala – breves depoimentos seguidos uns dos outros em resposta a uma questão –, e da página do noticiário no *Facebook*, a partir da apresentação uma notícia sobre um tema específico.

O *RB* produziu no período um total de 782 matérias, e apenas 82 notícias, ou 10,4% do conteúdo jornalístico, foram dedicadas a questões referentes aos negros. Essas matérias sobre negritude representam 3h23 minutos, quase o dobro do tempo do total de matérias sobre relações raciais exibidas pelo *JN*. O tempo total de matérias sobre a negritude e relações raciais exibidas nos dois noticiários foi de aproximadamente 5h19 minutos, 63,8% produzidas pelo *RB* e 36,2% pelo *JN*. O *corpus* total desta investigação, formado por 1.439 matérias, corresponde a 49h48 minutos de produção noticiosa do *JN* e do *RB*. Porém, apenas 136 destas notícias, ou 9,4% das matérias de ambos os noticiários, continham a presença de negros como personagens, ofereciam visibilidade à negritude, protagonismo à cultura negra ou abriam espaço para um debate sobre as relações étnico-raciais no país no período estudado.

A aplicação da categoria *Temática* nos permitiu ainda observar que as notícias internacionais foram as que mais ofereceram visibilidade aos negros no *JN*, com destaque para a deposição do ditador do Zimbábue, Robert Mugabe. Os afrodescendentes foram ainda representados em reportagens sobre esporte, violência urbana e desigualdade neste noticiário. O *RB* também privilegiou a representação dos negros em matérias sobre desigualdade e em notícias internacionais; e destacou conteúdos sobre racismo, cotidiano e consumo. Das 1439 notícias produzidas durante a coleta em ambos os telejornais, apenas

134, ou seja, 9,3% continham a presença de negros como personagens, ou ofereciam visibilidade e protagonismo a negritude e a cultura negra, assim como permitiam um debate sobre as relações étnico-raciais no país.

A utilização da categoria *Enunciadores* nos auxiliou a identificar a participação de repórteres, apresentadores, fontes e personagens negros na narrativa audiovisual dos telejornais analisados. O *JN* foi apresentado por sete duplas de âncoras e por dez diferentes jornalistas, mas entre eles apenas Heraldo Pereira é negro. Ele apresentou o *JN* em uma edição de novembro de 2017, dividindo a bancada com Carla Vilhena, e durante duas semanas de janeiro com Giuliana Morrone, período em que os âncoras titulares, Wiliam Bonner e Renata Vasconcelos, estavam de férias. Os principais apresentadores do *Repórter Brasil* edição noturna são os jornalistas Pedro Pontes e Katiuscia Neri. Ao longo do período analisado, três duplas de jornalistas compartilharam a bancada, porém, entre esses profissionais somente Luciana Barreto é negra. Em relação à presença de repórteres, das 657 matérias veiculadas pelo *JN* no período estudado, houve a presença recorrente das jornalistas Zileide Silva, responsável por oito matérias, e Maria Júlia Coutinho, que apresenta a previsão do tempo. Elas foram as principais enunciantes de 36 conteúdos jornalísticos, que representam 5,4% de todas as matérias veiculadas pelo *JN* nas edições observadas. No mesmo período, o *RB* exibiu 782 matérias com a participação de 14 repórteres negros e afrodescendentes em 53 delas, correspondentes a 6,7% do conteúdo jornalístico estudado. Seis deles têm presença regular no noticiário: Luanda Belo, Iara Bauduíno, Paulo Leite, João Marcelo, Tatiana Costa e Luciana Barreto. Os outros jornalistas participaram somente uma ou duas vezes no telejornal nas edições das semanas analisadas. A pesquisa evidenciou que nas matérias e assuntos de maior abrangência nacional, como as das editoriais de política e economia, que ocupam a maior parte das produções jornalísticas do *JN*, a participação de afrodescendentes é praticamente inexistente. A população negra só ganha visibilidade em matérias sobre cultura popular, muitas vezes por meio de curtos depoimentos, em reportagens sobre esportes e celebrações, como o dia da Consciência Negra, e como personagem para ilustrar matérias pautadas em dados sobre desigualdades sociais no país.

A aplicação da categoria edição nos remete a uma reflexão sobre os primeiros resultados da Análise Televisual. A investigação realizada mostra que do total de 1.439

matérias produzidas e veiculadas por ambos os telejornais no período de análise, apenas 136 (9,4%) são sobre temas que conferem visibilidade aos negros, ao racismo e às relações raciais no Brasil. Mais da metade da população brasileira é constituída por afrodescendentes, porém, menos de 10% das notícias exibidas pelos telejornais estudados representam e dão visibilidade a esta população. O estudo revela ainda que a maioria dos âncoras e repórteres são caucasianos. Os negros também não são privilegiados como fontes à frente de empresas e instituições públicas e privadas, e não são consultados como especialistas em matérias sobre política e economia. Vozes de negros têm presença em matérias sobre esporte, com a presença de atletas e jogadores negros, em reportagens sobre manifestações artísticas e culturais populares, como na música e no carnaval, ou quando respondem como ativistas ou militantes de movimentos sociais. A população negra tende a ser representada de maneira recorrente por meio de personagens que sofrem pela falta de acesso à educação, saúde e moradia, o que não contribui para a superação de preconceitos. Na maioria das reportagens, o depoimento popular é utilizado para personalizar um determinado problema social, esvaziando a sua relevância. A representação do negro, muitas vezes retratado como marginal, está comumente associada à violência urbana. A exceção à regra no *corpus* analisado foram as matérias internacionais veiculadas sobre a deposição do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, e sobre as celebrações da Semana da Consciência Negra. Em seguida, buscamos ampliar e aprofundar esses apontamentos, mediante a análise qualitativa do material audiovisual que compõe o *corpus* desta pesquisa.

Em relação a parte qualitativa da AT e a utilização dos princípios de enunciação⁷, contatamos que a aplicação do primeiro princípio de enunciação, “*Fragmentação*”, possibilitou observar como se manifesta a presença negra e dos temas sobre negritude e relações raciais nos telejornais observados. Verificou-se que a negritude e as relações étnico-raciais nas edições dos telejornais estudados ainda recebem pouca visibilidade. Estas temáticas ganham destaque nos noticiários, principalmente, em período de celebrações e quando institutos de pesquisa como o IBGE ou instituições como a UNESCO divulgam

⁷ Fragmentação: permite observar que a curta duração de cada unidade informativa nem sempre permite que se compreenda o fenômeno noticiado em toda a sua complexidade; Dramatização: corresponde à natureza ficcional da narrativa, cujo desvendamento é realizado por etapas para que o clímax seja aumentado e para conferir caráter dramático a um determinado acontecimento; Definição de identidades e valores: permite conhecer as marcas enunciativas da narrativa audiovisual referentes aos valores atribuídos a problemas e conflitos locais e globais e os modos como são julgados e qualificados.

dados sobre desigualdade social no Brasil. A presença negra mais expressiva nos noticiários analisados foi constatada em duas semanas do mês de novembro, quando a maior quantidade de conteúdos noticiosos sobre negritude foi produzida, devido a Semana da Consciência Negra. Ao distanciar-se desse primeiro período de análise a presença negra episódica e esporádica, aparece na composição de cenas nos espaços cotidianos, mas não ocupa lugar de fala enquanto enunciador, principalmente nas produções sobre política e economia, temas recorrentes no telejornalismo brasileiro. A fragmentação corrobora com o apagamento das visibilidades dos problemas causados pelo racismo estrutural no Brasil.

O princípio da *Dramatização*, que busca o envolvimento emocional do telespectador com a narrativa de diferentes gêneros televisivos se manifesta no telejornalismo, especialmente, no modo como certos personagens são apresentados nas narrativas. No período analisado, essa estratégia enunciativa foi utilizada de maneira expressiva na série de reportagens “*Em Marcha*” sobre o mês da Consciência Negra, veiculada pelo *Repórter Brasil*. Nesta série de reportagem e em outras matérias sobre negritude foi possível identificar, por meio da aplicação do princípio *Definição de Identidades e Valores*, que o *RB* oferece mais visibilidade e protagonismo aos negros.

Embora tenha sido possível identificar a presença da cultura e de pessoas negras em matérias do *JN*, a ausência de contextualização de problemas decorrentes de desigualdades sociais gera um apagamento do racismo estrutural brasileiro nas edições do telejornal estudadas. Possíveis soluções para a inclusão social enfrentadas por negros apresentadas em reportagens do *JN* são quase sempre apontadas por pessoas brancas, como especialista ou representante de uma instituição, amenizando os seus desafios e dificuldades, como a matéria sobre mercado de trabalho exibida no dia 20 de novembro de 2017⁸. As construções discursivas dessas reportagens tendem a não promover reflexões críticas sobre as desigualdades socioeconômicas e raciais no país, carregadas de metáforas eufemísticas. Exemplos são as duas matérias veiculadas no dia 15 de dezembro de 2017. A primeira ressaltou que, segundo o IBGE, um em cada quatro brasileiros vivia em situação de pobreza em 2016⁹. Mas, em seguida, foi exibida outra matéria informando que metade dos

⁸ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6302407/>>. Acesso em: 9 de maio 2018.

⁹ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6360898/programa/>>. Acesso em: 6 maio 2018.

brasileiros superou a condição econômica de seus pais no ano seguinte¹⁰. Desse modo, não houve um aprofundamento desses problemas e os dados econômicos referidos da segunda matéria promoveram um apagamento das informações apresentadas na primeira reportagem, sem promover um real reconhecimento da situação da população negra.

5. Considerações Finais

Entre as matérias exibidas pelo Jornal Nacional e pelo Repórter Brasil sobre negritude focalizadas nesta pesquisa, 1,3% é vinculada à categoria Redistribuição, 2,2% à categoria Reconhecimento e 5,8% à Representação. Esses dados revelam que, embora os telejornais das emissoras pública e privada estudados sejam uma forma de conhecimento e reconhecimento relevante do Brasil e do mundo, suas narrativas não contribuem de maneira significativa para a superação de preconceitos imbricados nas relações étnico-raciais no país. Tanto o JN quanto o RB oferecem ao público em suas edições diárias uma história do presente sustentada na defesa da solidariedade e na denúncia de injustiças, exaltando com autoridade a reafirmação de valores morais e o respeito ao outro. Contudo, há um padrão de enquadramentos de atores sociais que reforça determinados posicionamentos de sujeitos na cena pública. Desvelamos lacunas nas representações da negritude dos telejornais estudados e observamos que, com o intuito de compartilhar, o texto jornalístico também segrega e promove exclusões. O número de notícias sobre a população negra é limitado em relação a outras pautas, e raramente há reportagens sobre o reconhecimento da discriminação e o racismo na sociedade, com exceção da celebração de datas comemorativas. OJN e o RB permitem a visibilidade de certas atuações dos negros na sociedade brasileira, porém, não chegamos a identificar um rompimento com a construção de uma alteridade isenta de conotações negativas, que induz a estereótipos e reduz a complexidade da realidade (ALSINA, 2009). A função da prática jornalística seria reorganizar o caos cotidiano, explicando ao homem os acontecimentos do mundo. Contudo, o modelo interpretativo do discurso da informação sustentado em determinadas tematizações e hierarquizações, selecionando fontes que se manifestam e não se

¹⁰ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6360899/programa/>>. Acesso em: 8 maio 2018.

manifestam e difundindo informações mais favoráveis a um grupo do que a outro, se oferece à leitura crítica como um território simbólico problemático. O discurso jornalístico supõe narrar a realidade sem mediação, mas não é neutro nem imparcial, carece de um enfoque plural dos acontecimentos, esconde o sujeito que fala e traduz, superficialmente, conflitos socioeconômicos e culturais.

Referências

BECKER, B. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

_____; Mídia e Jornalismo como formas de conhecimento: Uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. In: **Matrizes: Revista do PPG em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo: USP, v.5, n. 2, 012.

_____; SILVA, Rafael Pereira da. Representações e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV. In: AGUIAR, Leonel; MARTINEZ, Mônica; SILVA, Marcos Paulo da. (org). E-book “Desigualdades, **Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. Editora: Insular, 2018, p. 208-224.

_____; **Televisão e Telejornalismo: Transições**. São Paulo: Editora das Letras e Cores, 2016.

BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento - Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. In: **caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 331-352, Maio/Ago. 2011

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**/ Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.) São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (org) **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Camila Santos Mendonça; SILVA, Rafael Pereira da. Protagonismo na teledramaturgia brasileira: o negro no mundo ficcional do branco. In: GT História das Mídias Audiovisuais integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia, ALCAR, 2017. http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-historia-das-midias-audiovisuais/protagonismo-na-teledramaturgia-brasileira-o-negro-no-mundo-ficcional-do-branco/at_download/file

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “póssocialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006a.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. _____. La justicia social en La era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, N.;

HONNETH, A. **Resdistribución o reconocimiento?** Um debate político filosófico. Madrid: Ediciones Morata, 2006b. p. 17-88.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editoras Apicuri/PUC-Rio, 2016.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Bauru: EdUsc, 2001.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e Identidade: quem você pensa que é?** – São Paulo: Paulus, 2010. – (Coleção Comunicação).

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 29: 169-185 nov. 2007.

OLIVEIRA, Lívia Fernandes. O telejornalismo e a luta por reconhecimentos: como as narrativas midiáticas podem atuar na autonomia ou não dos sujeitos. In: **Revista Leituras do Jornalismo**, ano 02, número 03, janeiro-junho de 2015.

REIS, Angela Pintor dos. O reconhecimento nas relações intersubjetivas tecnologicamente mediadas. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul – v. 14, n. 28, jul./dez. 2015, p. 99-112